

FRITZ MAUTHNER

Contribuições para uma crítica da linguagem*

A essência da linguagem

Propondo-me fornecer uma crítica da linguagem humana, terei de examinar os conceitos ainda com mais precisão do que acontece em qualquer outro domínio – precisamente porque o objeto da minha análise é designado pela mesma palavra que o meio da análise, nomeadamente pela palavra *linguagem*. Como é evidente, não será preciso desperdiçar muito tempo com o conceito de *crítica*. Tradicionalmente, entende-se por ele a atividade da inteligência humana que disseca e distingue. A observação atenta de dois factos semelhantes tem de conduzir necessariamente à consideração das suas características distintivas, quando essa mesma diferença for suficientemente perceptível para os nossos sentidos, pois não existem factos idênticos. Portanto, quando se promete a crítica de um fenómeno, promete-se nada mais, nada menos do que uma observação ou análise cautelosa desse fenómeno. Isto pode ser feito por cada um de nós com a consciência tranquila, e o resultado subsequente desta análise não dependerá da nossa vontade mas antes da realidade que foi observada e da perspicácia dos nossos sentidos.

'A' linguagem

Mas o que é a linguagem que, conforme a promessa feita ao leitor, tencionarei observar atentamente? Não é minha intenção considerar palavras isoladas de uma determinada língua, como o fazem os autores de dicionários, nem agrupar as diferentes formas de uma determinada língua, como um gramático. Também não pretendo escrever a história de uma determinada língua e tampouco a história de uma família linguística, obra já feita pela linguística comparativa, primeiro para a nossa própria 'família linguística' e seguidamente para todas as línguas do mundo, e que se verificou ser uma tarefa insolúvel. A minha intenção é antes, e evidentemente, analisar aquilo que é comum nas línguas humanas, e que se pode designar, por exemplo, com o bonito termo abstrato de *essência da linguagem*. O que salta à vista, no entanto, é que *a linguagem* neste sentido significa algo completamente diferente de *uma língua* ou de *as línguas*, onde se pode ainda pensar em algo real, mesmo que este real, por ser apenas um som fugaz, dificilmente se incluirá nas coisas materiais. Mas qual é o real

* Tradução de Bernhard Sylla, revista por Vítor Moura. O texto traduzido corresponde aos seguintes excertos da obra original em alemão: Mauthner, Fritz (1923). *Beiträge zu einer Kritik der Sprache*. Bd. I: *Zur Sprache und zur Psychologie*. 3., um Zusätze vermehrte Auflage. Leipzig: Meiner, pp. 3-25 e Mauthner, Fritz (1923). *Beiträge zu einer Kritik der Sprache*. Bd. III: *Zur Grammatik und Logik*. Leipzig: Meiner, pp. 1-14; pp. 606-619; pp. 632-642. [Nota suplementar: Todas as notas de rodapé que se seguem são da autoria do tradutor.]

que, no final, é mais do que uma forma fugaz? A formulação desta pergunta não significa que estejamos a lidar com subtilezas. Se os monumentos arquitetónicos e as relíquias petrificadas do mundo antediluviano foram considerados uma língua, através da qual nos fala a cultura ou natureza do passado, então trata-se de uma expressão imagética. E mesmo se alguém quisesse colocar em jogo os hieróglifos e os caracteres cuneiformes, onde um qualquer povo antigo procura falar-nos só através de caracteres, portanto só através de signos visíveis, cada uma dessas línguas, caso fosse realmente decifrada, teria como base uma língua falada. Mesmo a língua gestual dos nossos surdos-mudos também não é mais do que uma fixação visível e adaptada às circunstâncias de uma língua qualquer que remete, tal como a nossa escrita vulgar, para uma língua falada. Faz parte de uma outra argumentação – embora, obviamente, não exclua a correspondência destes factos – que nós, os bibliófilos, consigamos, através de um exercício incessante de leitura, apagar a língua falada na nossa consciência. Inconscientemente, porém, o chamado centro da língua audível está sempre a colaborar durante o ato de leitura do bibliófilo.

As diferentes línguas, portanto, são grupos sonoros extremamente complicados, através dos quais os grupos humanos comunicam. O que é então ‘a linguagem’ com a qual eu lido? O que é a essência da linguagem? Como se relaciona ‘a linguagem’ com as línguas?

A resposta mais simples seria que ‘a linguagem’ não existe. Esta palavra é uma abstração tão vaga que nada de real lhe corresponde. Se, para além disso, a linguagem humana, e particularmente a minha língua materna, fosse fiável como ‘instrumento’ do conhecimento, eu teria de desistir, desde o princípio, da tentativa desta crítica, porque, neste caso, o objeto da minha análise seria algo de abstrato, um conceito irreal e inconcebível. Com isso, encontro-me perante um primeiro dilema desanimador. Só se a linguagem humana e, particularmente, a minha língua materna, deixarem de ser fiáveis e lógicas, só neste caso encontrarei algo de real por detrás do abstrato mais extremo ‘a linguagem’. Mas, neste caso, não poderei fazer uma análise tão profunda como a que gostaria de fazer por causa da infidelidade da ferramenta. Mas, uma vez que, de facto, não formulo estas frases iniciais no princípio das minhas observações, mas, outrossim, depois de esforços de muitos anos, assim já sei que este dilema desanimador me irá perseguir a cada passo.

O sentido desta abstração ‘a linguagem’ tornar-se-á mais evidente quando repararmos no quão abstrato e irreal é aquilo que nós acabámos de aceitar precipitadamente e de boa-fé como algo de real: as línguas particulares. O que é que são estas línguas particulares, que são objeto da Ciência da Linguagem, esta ciência recentíssima, que neste ano (1896) celebrou o seu 80º aniversário? Considerando que esta ciência surgiu com a tarefa de distinguir as diferentes línguas dos homens em famílias, idiomas e, seguidamente, em dialetos, etc., tem de se reconhecer que a Ciência da Linguagem pode partir da existência de línguas particulares apenas provisoriamente e com reservas. O seu objeto é, antes disso, o amontoado enorme de todos os sons humanos que foram pronunciados ou escritos por homens a um qualquer momento e num qualquer lugar do mundo com o fim de comunicar. A Ciência da Linguagem empenhou-se em ordenar esse amontoado enorme por palavras e modos de formação e, seguida ou posteriormente, por ‘parentescos’ mais próximos ou mais longínquos. A delimitação comum por idiomas e dialetos apenas serve, como já foi dito, para uma orientação provisória. Um dia qualquer iremos descobrir que a língua dos velhos indianos é da mesma ‘família’ da nossa, ou pode redescobrir-se que o dialeto baixo-alemão está mais longe do alto-alemão do que aquilo que o falante de baixo-alemão de Mecklemburgo pensava. No âmbito dos estudos das línguas do Extremo Oriente, tais surpresas acontecem diariamente.

Linguagens individuais

A partir deste estado de arte da Ciência da Linguagem, torna-se evidente que as línguas particulares que constituem o objeto do seu estudo não são unidades tão claramente definíveis como se possa pensar. Na realidade, também o conceito de língua particular ou idioma é apenas uma abstração para a quantidade de semelhanças, sem dúvida bastante grandes, que existem entre as linguagens individuais de um determinado grupo humano a que se chama povo. *Natura sane nationes non creat sed individua* (Espinosa, *Tratado teológico-político*, XVII), frase tão válida para o direito, as leis e os costumes como para a linguagem. Aqui temos de asseverar, desde logo, o que doravante se revelará de uma maneira mais clara: a linguagem individual de uma pessoa nunca é totalmente igual à de uma outra pessoa qualquer, e uma única pessoa não fala uma única e mesma linguagem durante as diferentes idades da sua vida, mesmo sem contar com as peculiaridades da sua linguagem infantil. A desigualdade das linguagens individuais, depois de observadas com alguma atenção, salta à vista. É possível reconhecer qualquer escritor carismático devido à sua peculiar linguagem individual a uma distância de 100 passos, como se tratasse de uma pintura de um pintor carismático. Quem não tiver o seu estilo próprio, não é um escritor nato. Apenas Deus (na Bíblia) não possui o seu estilo próprio, como Espinosa, com um riso nos lábios, nos dizia (*Tratado teológico-político*, II): *Deum nullum habere stylum peculiarem dicendi, sed tantum pro eruditione et capacitate Prophetæ eatenus esse elegantem, compendiosum, severum, rudem, prolixum et obscurum*. Ou seja, como um jornalista que agrada ao seu público. No caso de um grande escritor, o fenómeno da linguagem individual, como fenómeno comum, apenas se torna mais visível. No entanto, no que respeita à desigualdade de uma linguagem individual nos diferentes períodos da vida, também ela é maior do que se possa pensar. De uma maneira geral, pode supor-se que cada pessoa acompanha, *grosso modo*, o desenvolvimento linguístico do seu tempo, ainda que muitos dos hábitos da sua juventude se mantenham, tal como os hábitos do dialeto natal de uma pessoa que vive longe da sua terra natal. Imagine-se um homem alemão, que tivesse nascido no mesmo ano que Walther von der Vogelweide e ainda continuasse vivo, com pouco mais de 700 anos e de boa capacidade mental e física. Algumas das hipóteses mais sóbrias dos nossos linguistas pressupõem até uma maior força de imaginação. Assim como nós, hoje, entendemos as cantigas de Walther apenas com ajuda de um dicionário médio alto-alemão, e assim como o próprio Walther poderia entender os nossos romances e artigos de jornal apenas depois de estudos muito mais árduos comparados com os nossos (porque teria de aprender muito mais sobre factos reais), creio que será sensato afirmar que o meu setecentenário, *grosso modo*, falaria a língua dos nossos dias e, ao ler por exemplo Lessing, recordaria com sentimentos carinhosos os costumes do século XVIII, mas, tal como nós, não poderia ler o seu contemporâneo Walther sem ajuda científica. Se ele encontrasse Walther, os dois já não se poderiam entender.

O Leito da Linguagem

Podemos, portanto, dizer que as línguas particulares, tratadas habitualmente pela Ciência da Linguagem como objetos reais, são como as correntes de um rio. Todas as suas gotas, em termos temporais, estão a ser constantemente substituídas por outras; em termos espaciais, correm pelo meio de outras. A antiga frase grega *Ninguém pode banhar-se duas vezes na água do mesmo rio* também se aplica à linguagem. As suas palavras e formas têm-se modificado incessantemente. Se a nossa palavra *Helm* [*elmo*] realmente provier da antiga palavra indiana *carman* (gótico *hilms*), então a mudança sonora terá sucedido de uma maneira muito gradual e discreta; mas quanto menos significativamente se sucederem as mudanças sonoras de uma geração para outra e quanto mais seguramente cada geração acredita e espera que a palavra herdada tenha sido transmitida de maneira fidedigna, tanto mais incessante tem de ser a corrente destas mudanças, para transformar *carman* em *Helm*. Aí, cem anos

significam tão pouco que *Helm*, por exemplo, ainda tinha suficiente ‘frescura’ para ser utilizado quando, no início do século XIX, os comandantes prussianos reintroduziram a palavra (em conjunto com o objeto) depois de esta ter sido usada apenas num âmbito poético-histórico durante aproximadamente duzentos anos. Os moinhos da linguagem moem devagar, mas sem cessar. Mantendo a imagem do rio, diríamos que cada gota é tão semelhante àquela que a antecede que nenhum microscópio conseguiria detetar diferença alguma. Mesmo assim, não se pode excluir a possibilidade de que a água de um rio, no decurso dos séculos, mude as substâncias que nela se diluem, ou porque os sedimentos minerais se esgotaram ou porque uma montanha qualquer é mais rapidamente inundada devido à desflorestação ou porque os solos se hajam modificado, etc. Aquilo que é uma possibilidade ou probabilidade pouco considerada no contexto do rio, é uma realidade segura no contexto da linguagem. Incessantemente as linguagens modificam o significado das suas palavras e, tendo em conta o aumento crescente de tráfego no século passado e a correspondente introdução de novos conceitos, a linguagem quase não consegue dar resposta à necessidade das respetivas mudanças semânticas. Assim, por exemplo, ainda hoje não terminou o processo de mudança semântica dentro do grupo enorme dos conceitos ferroviários. Pense-se em *Platz* [praça, lugar] na expressão *Platzkarte* [bilhete com lugar reservado], ou no conceito *Stunde* [hora] no uso do berlinense (*Até Hamburgo são quatro horas*) e no uso do montanhês (*São, à vontade, quatro horas até ao cume*). Por outro lado, sucede-se ininterruptamente a mudança fonética, que se deixa associar sobretudo e quase que exclusivamente à necessidade do comodismo fisiológico. Pois se, por um lado, é de consenso geral que a mudança fonética ocorre em grande parte para facilitar a tarefa do aparelho fonador, também é mais confortável para os nervos aquele tipo de mudanças nos diferentes padrões de desinência, que leva a um alargamento e a uma ampliação inovadora das analogias (por exemplo, em alemão, a substituição da conjugação irregular pela regular, como *backte* em vez de *buk* [alem. *backen* – pt. *cozer*] e como na linguagem infantil *trinkte* em vez de *trank* [alem. *trinken* – pt. *beber*]). É quase escusado dar exemplos. A palavra bizarra do latim tardio *paraverêdus* transformou-se, finalmente, em *Pferd* [cavalo], que ainda por cima se pronuncia frequentemente *Ferd* e daí que, talvez, numa ortografia futura se venha a omitir o *p*. A palavra grega *eléémosyne* (alem. *Almosen* [esmola]) deu origem à palavra inglesa *alms*, que se pronuncia *ams*. (...) Tendo portanto estabelecido uma comparação entre a língua particular e o rio que muda constantemente, então aquilo que me parece decisivo na língua, embora a sua corrente seja mais lenta, é que cada um dos seus momentos é ainda mais impercetível e fugaz. Nós progrediríamos, se pudéssemos pensar em correntes de ar e leitões de correntes de ar regulares. Se não se quiser considerar a língua particular como uma abstração irreal, então não restará mais nada do que comparar o próprio leito e a sua forma constante com a língua particular, porque o leito, afinal, muda a velocidades suficientemente lentas.

Tendo-me, então, colocado perante a tarefa não de observar a forma e a história das línguas particulares, mas antes de investigar aquilo que lhes é comum, terei então de encontrar semelhanças entre elas. Não obtendo, porém, mais nenhuma semelhança entre as línguas particulares para além daquela que se refere à sua definição, isto é, que a mesma serve para a comunicação entre os homens, então a minha investigação chegaria muito rapidamente ao seu fim, ou seja, em todo o caso, não forneceria resultado positivo nenhum. Mas mesmo neste caso seria útil destruir uma ou outra superstição ligada à linguagem pelas influências da gramática e da lógica. No entanto, espero que possa avançar mais um pequeno passo. Comparando as diferentes línguas entre si, da mesma forma que a geografia compara os diferentes leitões das correntes entre eles, através da sua posição, das suas linhas e por aí fora, então parece-me que daí resulte apenas uma ciência supérflua. Mas, ao observar de forma minuciosa e ao conhecer completamente todos os fenómenos concomitantes, aí talvez seria possível explicar até ao pormenor cada leito de corrente como o efeito das suas próprias

águas. As propriedades físicas e químicas conhecidas da água são a única causa dos leitos de corrente atuais que, por sua vez, indicam o caminho às novas águas. Estas sabedorias são tão facilmente adquiríveis como as amoras. Qualquer pastor é capaz de as entender e de as conhecer inquestionavelmente. Houve, no entanto, um tempo em que a humanidade, devido à sua mais vivaz necessidade mitológica, pensava num Deus qualquer, homem ou mulher, sentado na nascente dum rio, deixando correr a água, conforme intenções secretas, em mais ou menos quantidade, quente ou fria, boa ou má, para o leito ou para fora da fonte. Em consequência desta mitologia, encontramos ainda hoje expressões como *Pai Reno* ou também monumentos ridículos de mulheres ridículas com cântaros gregos e pouco práticos na mão, que representam rios alemães. Para se desculparem, os seus criadores dizem que foram criados sem nenhuma intenção específica.

Mitologia na linguagem

Mas nas ciências humanas, nomeadamente nas ideias sobre a linguagem humana, continua a existir uma vigorosa necessidade mitológica. Aquilo que não só o padre e a plebe dizem da linguagem, aquilo que praticamente todos os linguistas copiam uns dos outros, nomeadamente que a linguagem é uma ferramenta do nosso pensamento (ainda por cima uma ferramenta admirável), parece-me a mim ser uma mitologia. Segundo esta ideia, que ainda hoje é partilhada por todas as pessoas, está sentada, algures no leito da linguagem, uma divindade, homem ou mulher, o chamado Pensamento, que reina sobre a linguagem humana, sob insinuações de uma outra divindade semelhante, a Lógica e com a ajuda de uma terceira divindade servente, a Gramática. Se eu conseguisse convencer os homens da irrealidade e do desvalor dessas deusas trinitárias, uma vez que o serviço de deuses irreais implica sempre sacrifícios e será, portanto, sempre causador de danos, este seria o resultado da minha investigação do que mais me orgulharia.

Suponho que, numa observação mais minuciosa ‘a linguagem’, isto é, a linguagem em geral ou a essência da linguagem, acabaria por se furtar ao domínio do Pensamento, da Lógica e da Gramática. ‘A linguagem’ revelar-se-ia, predominantemente, como uma abstração vazia. Mas quando, outrossim, pudéssemos observar semelhanças reais entre as línguas particulares – se bem que estas, já o sabemos, não passem elas próprias de abstrações –, quando ‘a linguagem’ se tornasse uma designação para uma maneira real da ação humana, nesse caso deixaríamos de sentir necessidade de recorrer à ideia de que o pensamento, a lógica ou a gramática constituem a sua origem. Em vez disso, iríamos achar que o pensamento, a lógica e a gramática são características da linguagem, fazendo, de certo modo, parte da linguagem, e que dela apenas foram extraídos por alguns ociosos entusiastas da arrumação. Assim, na natureza, não existe mais nenhum azul para além daquele que se encontra nos fenómenos azuis. E este azul também existiria, se a linguagem não tivesse feito um esforço de abstrair o adjetivo *azul*. Como também já existia a eletricidade antes de ela ser descoberta, isto é, antes de se ter tornado perceptível para os nossos sentidos; como também já estão presentes na natureza todos os elementos que ainda não conhecemos. (...)

Competência linguística

(...) Temos de entender a linguagem como uma das muitas atividades do homem, tais como o andar, o respirar. E veremos que, para um biólogo, a ideia de que o homem não anda porque tem pernas, mas tem pernas porque anda, ou que o homem não respira porque tem um pulmão, mas tem um pulmão porque respira, é tudo menos disparatada.

Mais correto ainda: o desenvolvimento da ferramenta e o aumento da atividade caminham lado a lado. Se tomássemos a verdadeira ferramenta linguística (ferramenta

linguística entenda-se não só como o aparelho de som, mas também como o conjunto de todos os músculos e nervos por ele comandados) como expressão real da suposta competência linguística, seria então possível que a evolução da linguagem humana tivesse acompanhado a evolução dos órgãos de fala.

Se analisarmos esta questão com todo o rigor, julgo que se torna mais que óbvio que – não importando até que infinitos períodos de tempo poderemos recuar no que respeita à origem da linguagem – nós nunca iremos chegar ao ponto de ter que abandonar a ideia da existência de sons concretos de linguagem a favor da pergunta pela origem do abstrato ‘a linguagem’.

O valor dessas observações parece-me consistir no facto de mais algumas abstrações serem expulsas do uso científico. Termos como ‘competência linguística’ ou ‘dom da linguagem’ passarão a ser definitivamente supérfluos a partir do momento em que for claramente reconhecido que foi o uso da linguagem, ou seja, o desempenho linguístico que formou a ferramenta linguística. Chegado a este ponto, achar-se-á absurdo empregar o termo ‘competência linguística’, tal como se acharia absurdo falar de uma particular ‘competência para andar’ ou de uma particular ‘competência para respirar’. Se bem que seja certo que a movimentação autónoma do animal, quando comparada com o esperar passivo da planta, implica mais conforto, é, por outro lado, igualmente certo que a ferramenta para o movimento apenas se desenvolveu através e com o próprio andar. E também a respiração do ar pelos pulmões será provavelmente mais confortável do que a utilização do ar na água através das guelras. No entanto, mesmo sendo assim, ninguém pode ignorar o ‘desenvolvimento’ paulatino deste ‘dom’. Qualquer sapo, pois, serve de exemplo.

Andar e Falar

A semelhança entre andar, etc., e falar tornar-se-ia mais compreensível se nos fosse permitido, à luz das nossas considerações, substituir sempre o termo abstrato *linguagem* pelo verbo *falar*.

Outro aspeto valioso do nosso ponto de vista é que a indagação pela origem ‘da’ linguagem perde o seu antigo sentido. A datação da origem recua cada vez mais na história linguística do passado, de tal maneira que o estudo das raízes do sânscrito acaba por se parecer com uma notícia recente do dia de ontem. Quando eu próprio – seguindo o invencível uso habitual da linguagem – falo de uma origem da linguagem, tal não significa que estou a pensar na verdadeira origem longínqua e inacessível, mas sim num ponto de corrente fluvial algures no passado, num ponto de descanso que, todavia, apenas existe na minha imaginação.

Os movimentos teleonómicos, os quais sumariamente apelidamos de *linguagem*, ou melhor, designamos através do verbo *falar* (cada verbo é um conceito classificador de uma dada finalidade sob o ponto de vista humano), percorrem o caminho geral, começando com o movimento inconsciente, passando à vontade consciente e voltando ao inconsciente, e isso tanto no desenvolvimento linguístico geral como na linguagem do indivíduo. Usando a terminologia dos psicólogos franceses, as expressões da dor e da alegria não se manifestam a partir de nenhuma vontade consciente, de nenhuma *volonté*, antes provêm das volições. A aprendizagem da fala nas crianças, tal como a do andar, está relacionada com o consciente. Também no que toca ao desenvolvimento genético da linguagem, temos de afirmar que qualquer enriquecimento, qualquer nova e ousada metáfora se encontravam relacionados com o consciente. No final, porém, o falar habitual passa a ser tão automático que para o leigo se torna inicialmente difícil identificar o real da linguagem com aqueles movimentos, pois ele repara só e simplesmente nos resultados desses movimentos que são os sons, e não no movimento em si. Todo o falar e pensar, e com eles todo o conhecimento permanecerá sempre relacionado com as volições, sejam elas conscientes ou inconscientes, pois no fundo o

conhecimento tem origem na atenção despertada pelo interesse individual e na atenção herdada dos antepassados.

Se os homens não tivessem aprendido a falar e só um deles falasse, seria natural para o observador compreender este fenómeno como uma série de movimentos e dificilmente lhe ocorreria dar a esses movimentos um nome geral. Assim, a criança apercebe-se claramente do esforço que um boi faz quando muge. Os movimentos linguísticos exercidos por um indivíduo, quando é o único falante entre seres sem linguagem, jamais poderiam ser considerados uma linguagem. Uma única pessoa falante entre outras não falantes é tão absurda como um Deus falante que ainda está para oferecer a linguagem aos homens. Ou seria como o participante numa rede telefónica extensa que não possui um segundo interlocutor. Os seus movimentos teleonómicos não seriam linguagem. Só se tornarão linguagem e língua quando ultrapassarem o indivíduo e a sua realidade, quando forem comuns a um grupo de pessoas, tornando-se assim perceptíveis e úteis. A linguagem, que antes da invenção tipográfica nem sequer constava nos dicionários, ganha vida somente quando se torna um fator social. Ela é, portanto, uma realidade social. Despojada desta característica, ela não passa de uma abstração de determinados movimentos.

Não preciso de acrescentar que os termos utilizados, *volições* e *vontade*, também são abstrações às quais nada de real corresponde. Há alguns autores que introduzem um instinto de comunicação para explicar, em última instância, a origem dos movimentos de fala. Mais um instinto portanto no armazém dos instintos cientificamente registados e etiquetados, ao lado do instinto alimentar (do qual o instinto respiratório seria apenas uma subespécie), do instinto sexual (do qual o instinto alimentar, por sua vez, seria apenas um servo), do instinto lúdico e do instinto de percepção. O instinto de percepção, por sua vez, poder-se-ia decompor num instinto de visão, de audição, etc. Mas todos estes instintos surgiram, no fundo, apenas devido ao instinto classificador do homem, instinto que não é menos digno do que os restantes, ou seja, surgiram devido à economia da memória humana. Também na realidade psicológica só pode haver um único instinto, nomeadamente a vontade de viver de cada um, para a qual encontramos, obviamente, a designação de instinto de auto-preservação.

Língua materna em lado nenhum

Não existem duas pessoas que falem a mesma língua. Em momentos de profunda má disposição já todos devem ter pensado que não haveria outrem que entendesse a sua linguagem particular. Figurativamente, toda a gente irá entender esta frase, mas ninguém admitirá facilmente que ela contém uma verdade científica nua e crua. Uma verdade que também poderia ser expressa da seguinte forma: que cada um ‘domina’ partes diferentes da língua materna comum. Escolher a palavra *dominar* não me é fácil. Pois não parece nada de estranhar e é antes um caso muito vulgar que por um lado compreendamos uma grande parte da nossa língua materna, e, por outro, só usemos uma parte reduzida desta mesma língua. Assim como ainda que sejamos capazes de compreender dialetos vizinhos, no que toca ao falar, só saberemos utilizar o nosso próprio dialeto.

A estas observações subjaz a noção de uma língua comum de um povo, a língua materna. Onde é que esta língua alcança realidade? Enfim, em que lugar? Não no indivíduo, porque ele só compreende uma parte do vocabulário e das formas e utiliza apenas uma percentagem mínima daquilo que compreende. Não nos livros, porque, caso contrário, antes da invenção da escrita, não existiria a língua. Além disso, nos livros constam apenas, no máximo, coleções de palavras e regras e, ademais, as literaturas que surgiram por acaso, mas nunca sequer a possibilidade de uma língua completa. Onde é que então o abstrato ‘língua’ é real? No ar. No povo, entre as pessoas.

Portanto, ninguém pode vangloriar-se de conhecer a sua língua materna. Nem sequer Jakob Grimm respeitou em cada caso as suas próprias regras e Goethe utilizava algumas palavras com insegurança e cometeu ‘erros linguísticos’. Em suma, ninguém conhece a língua alemã de forma tão íntegra que esteja seguro de todas as formas do seu uso, ou que, de vez em quando, não encontre palavras que nunca usou, nunca ouviu ou nunca leu. Quando três alemães se encontram, oriundos de diferentes regiões com graus de ensino e cursos de formação semelhantes (se a nossa condição abrangesse, além das diferentes regiões, pessoas de três faixas etárias maximamente diferentes, também não faria diferença), não passará muito tempo até que um deles diga uma palavra ou empregue uma forma que os outros não compreenderão, ou que seja entendível para o segundo mas não para o terceiro. No limite, pode mesmo acontecer que a comunidade do material linguístico falado ou compreendido (ou de ambos) desapareça totalmente. A igualdade ou a respetiva limitação do uso linguístico das três pessoas também podem ser tão grandes que as suas línguas divirjam apenas subtilmente. Contudo, bem sabemos de que tipo de comunidade se trata quando se fala da comunidade como característica da linguagem. Comum é a língua materna tal como o é o horizonte; não existem duas pessoas com o mesmo horizonte, cada uma é o centro do seu próprio horizonte.

A História das Palavras

(...) Se, portanto, a língua de um povo é algo ‘no ar’, se é impossível expor uma língua qualquer, clara e ordenadamente, como se fosse um edifício que ocupa uma determinada posição no espaço e no tempo, se é impossível para um indivíduo conhecer, de forma mais ou menos completa, o seu próprio e aparentemente tão familiar idioma, quer dizer a sua própria língua materna, então isto permite-nos tirar já algumas conclusões óbvias no que respeita aos nossos conhecimentos de línguas estrangeiras. Os vocabulários que viajantes instruídos ou não instruídos, trazem dos povos selvagens, ou seja, de povos de língua estrangeira, estão repletos de enormes mal-entendidos. Linguistas mais modernos tiveram que inventar uma técnica especial, segundo a qual um viajante teria que consultar uma palavra junto do ‘selvagem’ – e, enfim, colocar as questões do interrogatório num processo da Inquisição não seria mais difícil do que consultar numa língua estrangeira o vocábulo que, por exemplo, corresponderia à palavra *mão*. Se a expressão percebida significa *mão*, *mão direita*, *dedo*, *cinco dedos*, *cinco*, *eu juro*, *eu ofereço-te paz*, *quero bater-te* ou outra coisa qualquer, isso só poderá ser concluído através de uma criteriosa escolha das perguntas a fazer. E é natural que o significado de sílabas que desempenham uma função na formação de palavras, ou de formas parecidas, e a função das regras sintáticas sejam ainda mais difíceis de adivinhar do que vocábulos para coisas concretas, muito para além dos termos abstratos cujos significados se revelam, frequentemente, impossíveis de adivinhar porque as ideias de um povo não se igualam àsquelas de outro. Antes de os missionários cristãos aparecerem nos cafres, estes não tinham a mesma ideia de Deus que nós, tal como nós não tínhamos uma palavra para ‘borracha’ antes de conhecermos esta substância. Mesmo uma língua tão intimamente ligada à língua alemã e baseada em noções tão parecidas como o francês, não é, para um alemão, passível de ser aprendida na sua totalidade (isto é, não tanto quanto conhece a sua própria língua), ainda que inúmeras pessoas falem, desde há séculos, as duas línguas, podendo excluir-se assim, com bastante certeza, equívocos quanto à elaboração e ao registo lexicográfico de vocábulos correspondentes. Quão menos preciso será o nosso conhecimento de línguas mais estranhas ou mesmo ‘selvagens’. E ainda assim, baseia-se tudo o que a Ciência da Linguagem procura ensinar neste conhecimento que já é insuficiente no que diz respeito à língua materna, muito pobre no que toca às línguas mais distantes, e ridículo no

tocante às línguas extremamente diversas. Evidentemente, se o conhecimento da língua fosse possível, seria também conhecimento mundial.

Obviamente que o nosso conhecimento da gramática de uma língua estrangeira está ainda muito abaixo do nosso conhecimento do seu inventário de palavras. Já não é, porém, tão mau como há cinquenta anos atrás, quando qualquer pobre língua índia ou polinésia tinha de se enquadrar nas categorias da gramática latina. Era como se se tivesse declarado, por exemplo, um lírio como sendo a flor padrão, pretendendo, a seguir, designar cada planta, cada arbusto e cada árvore em conformidade com as partes do lírio. Como se rosas, fetos e palmeiras tivessem de ser legitimados por recurso a um bolbo e a uma cápsula triangular.

Ainda pior é o pecado contra o Espírito Santo da Linguagem, quando o padre interfere no assunto. Quando (continuando com o exemplo dado) o lírio aparece em imagens sem os órgãos genitais masculinos, sem estame, apenas porque artistas e homens cristãos o declararam como símbolo da inocência. Contudo, ao fim e ao cabo, será sempre possível chegar, através de questionários, ao significado da palavra, (se não for a tribo selvagem, como de facto terá acontecido, ao reconhecer o erro do estimado europeu, a adotar o falso uso na própria fala, quer seja por deferência quer por mera infantilidade). No que diz respeito à gramática, esta poderá ser mais difícil de aprender, devido à inadequação das expressões latinas, no entanto, isto não implica que seja impossível, de uma vez por todas, usar a língua estrangeira. Mas se missionários houve que eram suficientemente loucos ao ponto de utilizar o primeiro capítulo do Evangelho segundo João como texto base para uma tradução, ou mesmo (como igualmente já aconteceu) como texto padrão para um texto poliglota, então falamos realmente de um jogo muito leviano. Considerando que o nosso próprio entendimento de um texto escrito em grego é tão deficiente quanto a nossa compreensão do abracadabra das bruxas, e que o autor do texto poliglota não associou entidades reais à palavra *logos* e a outros tantos termos, utilizando apenas conceitos populares e vulgares do seu pobre neoplatonismo, tornar-se-á evidente que um cafre só é capaz de formular frases correspondentes se recorrer à sua língua hotentote. Mas como o Cristianismo, tal como é ensinado por esses missionários, não passa de uma série de palavras, e visto que só através de palavras eles conseguem inculcar as suas ideias nos cérebros dos selvagens, então este exemplo de psicologia missionária deixa facilmente adivinhar qual o tipo de cristianismo que é por eles divulgado. (...)

Linguagem e socialismo

A linguagem e o seu uso

Finalmente, a maior e mais desmedida fantasmagoria da linguagem está precisamente no facto de a causa e o sinal da sua miserável pobreza serem considerados uma riqueza exuberante. Esta é a opinião das grandes massas e do homem massificado, a qual, no entanto, não é destituída de alguma razão, porque a linguagem é um objeto de utilidade que se valoriza através do seu uso. É fácil explicar este milagre. Todos os objetos utilitários são, pelo seu uso, consumidos, como os alimentos, ou esgotados, como os utensílios e os aparelhos. Se a linguagem fosse um utensílio, ela também seria esgotada e a sua qualidade seria reduzida. Contudo, só as palavras são esgotadas, usadas e desvalorizadas – ainda que que, precisamente por isso, vejam aumentado o seu valor para o povo. Mas a linguagem não é um objeto de utilidade nem um utensílio, em suma, a linguagem não é um objeto qualquer, ela não é senão o seu uso. A linguagem é uso da linguagem. Pois, assim, não admira que o uso, com o uso, se intensifique.

Desde Hegel, houve muitas tentativas de sofismar este facto – que não pôde ficar de todo ignorado – de tal maneira que a linguagem foi classificada juntamente com a arte, a

religião e as instituições do Estado como criação do tal chamado espírito objetivo. A ser verdade, o espírito é antes o elemento subjetivo no homem. Assim que o elemento subjetivo do homem é lançado ao ar, para além do indivíduo, chamando-o a seguir o objetivo, cria-se um novo deus com o qual os social-democratas deviam contentar-se. Pois este espírito objetivo pensa, quer e faz o que pensam, querem e fazem as massas. Na verdade, este facto, que se gaba tão pretensiosamente de ser o espírito objetivo, não é nada mais do que a dependência do homem individual face à língua que herdou das massas de gerações ancestrais do seu povo, e que só tem um valor de uso para ele porque é propriedade comum de todos os camaradas. Os objetos utilitários ficam inalterados se nem o uso humano nem o seu esgotamento involuntário pelas forças da natureza os consomem. A língua, por outro lado, visto que não é um objeto utilitário mas o próprio uso ele mesmo, morre sem o uso. Sendo assim, é de uma importância decisiva que todas as partes da língua fiquem sempre em uso, seja em que parte do povo for. O homem individual é capaz de utilizar, durante muitos anos, apenas uma décima parte das palavras que a língua põe à sua disposição, e destas apenas uma fração minúscula das combinações possíveis. O homem individual não domina a sua língua materna – como foi dito. Mas num outro sítio qualquer, um outro décimo é usado, batendo, de tempos em tempos, tantos centros de associação destes décimos não usados no ouvido do homem individual que afinal, graças ao treinamento passivo, a parte da língua disponível para ser utilizada será bastante maior.

Linguagem, uma regra do jogo

O comunismo pôde tornar-se uma realidade na área da linguagem porque a linguagem não é nada que possa ser declarado como propriedade de um único indivíduo. A propriedade comum é possível sem que haja perturbações porque a linguagem não é nada mais senão a conceção do mundo coletiva ou comunitária. As massas humanas e as pessoas massificadas alegram-se, espantadas, com esta posse e não fazem nenhuma ideia que esta posse seja meramente uma autoilusão. A luz e o ar também são comuns, mas constituem algo de real, e cada raio de calor, cada átomo do ar que uma pessoa consome, é logo retirado à outra pessoa. A luz e o ar ainda são valores. O cidadão metropolitano tem que pagá-los caro. A linguagem, no entanto, apenas tem um valor fictício, tal como uma regra do jogo. Quanto mais pessoas aderirem ao jogo, quanto mais pessoas se subjugarem às suas regras, maior o impacto do jogo sem que haja a pretensão de alterar ou perceber o mundo da realidade. No jogo mundial e quase majestoso da linguagem, o homem individual alegra-se com a descoberta de que pensa em conjunto com milhões de outras pessoas e segundo a mesma regra do jogo, por exemplo, quando apreende o modo de empregar uma nova palavra – *desenvolvimento* – para responder a velhas perguntas enigmáticas, quando a palavra *naturalismo* se torna moda, ou quando as palavras *liberdade* e *progresso* são capazes de agitar imediatamente regimentos completos. Quem faz história, são os caracteres fortes, aqueles que lançam as palavras ao jogo mundial, e são as massas que as apanham. (...)

Indefinição do sentido gramatical

Gramática e lógica

É um facto que, por um lado, o pensar se movimenta dentro das formas da gramática (obviamente, uma vez que a linguagem é pensamento e cada forma de língua de um grupo humano tem também de ser a sua forma de pensar), e que, por outro lado, o mesmo pensar, segundo a convicção dos lógicos, tem de decorrer conforme as formas lógicas, para poder

existir. Daí resulta a permanente e ainda pendente questão de como se relacionam a lógica e a gramática.

Os antigos ainda não sabiam conceber esta questão com a devida precisão, uma vez que tinham concluído a sua lógica (isto é, as formas da sua língua) antes de começarem a elaborar uma gramática elementar. Daí resultou a primazia da lógica, que também se atribui ao facto de a filosofia, logo na sua infância, ter abordado primeiro e preferencialmente as questões mais abstratas. Esta mesma primazia da lógica tinha como consequência o facto de ainda hoje se colocar a questão desta forma: como se relaciona a gramática com a lógica, será como o acaso se relaciona com o absoluto? A lógica, como é sabido, foi considerada por todos os aristotélicos como algo de absoluto, uma dádiva divina e metafísica, uma edificação humana que nem pela sua estabilidade se diferencia das outras construções humanas.

Contra as várias tentativas de elevar a gramática de tal modo que nela se poderiam detetar as mesmas qualidades divinas que existem na lógica, surgiu uma reacção inevitável. Atualmente, já não se defende a ideia de uma identidade da gramática (inferior) e da lógica (superior). Basta, por exemplo, detetar alguns vestígios supostamente divinos da lógica na gramática. E um investigador particularmente crítico, como Steinthal, concluiu (*Compêndio da Ciência da Linguagem*, I 62)¹ que a linguagem funciona independentemente da lógica, criando as suas próprias formas de uma maneira completamente autónoma. Essa conclusão tinha de se lhe impor, quando comparava a abundância das diversas formas linguísticas com a unidade sagrada da lógica (na qual ele também acreditava).

Mas se virmos na lógica que nos foi transmitida nada mais do que uma disputa altamente sagaz entre Aristóteles, o classificador ordeiro, e a sua língua grega vulgar, a frase de Steinthal tem de ser concebida em termos mais modestos: as línguas modernas criam as suas próprias formas de uma maneira completamente autónoma, (quase) independentemente das formas gregas. De modo semelhante, também se poderia proclamar como novidade: a mitologia grega ou, se quiserem, o maometismo desenvolveram-se independentemente da teologia de Santo Agostinho.

No entanto – e isto é mais uma vez um exemplo bonito para a insuficiência da linguagem e da lógica –, é algo completamente diferente afirmar que a gramática é idêntica à lógica ou dizer que a lógica é idêntica à gramática. Com isto quero obviamente dizer que é algo completamente diferente pretender elevar a gramática à categoria da divindade Lógica ou pretender rebaixar a lógica à categoria da serva Gramática.

A linguagem é, como não me canso de repetir, nada mais do que o meio insuficiente através do qual os homens se podem orientar no mundo da sua memória, de aproveitar a memória, ou seja, a experiência própria e a dos seus antepassados, com a grande probabilidade de que o mundo dessa memória seja semelhante ao mundo da realidade. A gramática de qualquer língua partiu do mundo da realidade, e, no entanto, foi criando no mundo da memória comodidades autónomas, autocarros, associações, carris. A própria lógica, para se orientar, não tinha mais nada ao seu dispor a não ser a linguagem gramatical. Ora, a lógica é apenas um nome coletivo para o esforço de não perder as coordenadas do mundo da realidade dentro do mundo da memória ou, antes, para o esforço de encontrar essas coordenadas. Portanto, a gramática e a lógica são apenas dois lados distintos da mesma linguagem humana. Uma língua é considerada gramaticalmente boa quando, na troca de valores da memória, é cómoda, lisa e fácil. E é considerada logicamente boa quando os valores da memória não ficam demasiado longe dos valores da realidade. É como numa estação de caminhos-de-ferro de grandes dimensões. É desejável que os carris tenham um perfil certo, estejam à distância certa um do outro, que não estejam enferrujados, etc., portanto, que sejam gramaticais; também é desejável que os carris correspondam sempre, com

¹ Steinthal, Heymann, *Abriss der Sprachwissenschaft*, Bd. 1: *Einleitung in die Psychologie und Sprachwissenschaft*, Berlin 1871 [N. d. T.].

todas as suas agulhas, aos movimentos reais dos comboios, portanto, que sejam logicamente ordenados. Não só pode acontecer um acidente devido a uma desigualdade nos carris, mas também devido a uma mudança de via errada. Uma gramática errada e uma lógica errada são ambas igualmente perigosas. Mas, normalmente, considera-se que carris desnivelados apenas provocam desconforto, enquanto agulhas mal direcionadas provocam inevitavelmente catástrofes.

Assim se explica que a linguagem considere desconfortável um pensamento correto, quando este seja gramaticalmente incorreto, como por exemplo *uma círculo são redondas*, e no entanto ignore, com uma certa tranquilidade, um disparate, como por exemplo *o círculo é angular* (sob certas condições, um disparate), desde que este seja gramaticalmente legítimo. A catástrofe revela-se posteriormente, não através da lógica, nem através de conclusões erradas, mas sim devido ao sistema inteiro de todos os carris, que apenas se deixa adivinhar na aparência do absurdo lógico que é expresso gramaticalmente correto.

Línguas e lógicas

Os linguistas já demonstraram que a nossa gramática não abrange todas as restantes línguas, correspondendo, apenas, a uma minoria. Seria uma bela tarefa para os especialistas, e praticamente sem fim à vista, escrever as lógicas das outras famílias linguísticas. Assim como tem sido feito até agora, parece-me que todas as tentativas fracassaram. Todas as tentativas de compreender as lógicas das línguas dravídica, chinesa, etc., através de uma tradução para a língua materna revelaram-se, involuntariamente, falsificações. Com a sua *Álgebra da Gramática*², A. Stöhr pretendeu apresentar as bases de uma nova língua artificial, sem ter em linha de conta as gramáticas existentes. Contudo, o autor era demasiado crente na lógica e na sua álgebra. Estas tentativas não passam muitas vezes de expressões de uma sagacidade estéril.

Sigwart, num momento mais despreocupado, afirma (I. 29)³ que só poderia estabelecer uma lógica no âmbito das línguas mais desenvolvidas. Esta confissão é preciosa. Toda a lógica de Aristóteles nada mais é do que uma observação da gramática grega partindo de um ponto de vista interessante. Se Aristóteles falasse chinês ou dakotanês⁴, teria de chegar a uma lógica completamente diferente, ou, então, a uma teoria das categorias completamente diferente.

Para nós, os europeus, as línguas mais desenvolvidas são aquelas em que existem, para as diferentes categorias da lógica, as correspondentes partes da oração, como os substantivos [*Dingwörter* (*palavras de coisas*)], adjetivos [*Eigenschaftswörter* (*palavras de propriedades*)], etc. Por outro lado, parece fora de questão que Aristóteles, o mestre de todos os lógicos, criou as categorias a partir das partes da oração. Se isto não é uma falácia do círculo, então não há nenhum *circulus vitiosus*.

Com efeito, dever-se-á ponderar se as nossas línguas mais desenvolvidas, que criaram, para o corpo, a cor e o cheiro do fruto, categorias específicas, que diferenciam entre o *morango*, a sua propriedade [*Eigenschaft*] *vermelho* e a sua ação [*Tätigkeit*]⁵ do *cheirar*, não acabaram por dificultar, afinal, o acesso ao mais íntimo da natureza. Foram necessários pensadores como Locke e Kant para libertar o nosso pensamento das gavetas desta

² Stöhr, Adolf, *Algebra der Grammatik*, Leipzig 1898 [N. d. T.].

³ Sigwart, Christoph von, *Logik*, I. Band, Tübingen 1873 [N. d. T.].

⁴ Não se conhece nenhuma língua chamada assim, mas como Mauthner considera que, de um outro ponto de vista, também os dialetos podem ser chamados de línguas, podemos entender *dakotanês* como nome para o dialeto das pessoas que provêm de Dakota, E.U.A. [N. d. T.].

⁵ Era costume que as gramáticas alemãs do tempo de Mauthner designavam os substantivos por *Dingwörter* [*palavras de coisas*], os adjetivos por *Eigenschaftswörter* [*palavras de propriedades*] e os verbos por *Tätigkeitwörter* [*palavras de ação*] [N. d. T.].

linguagem. Aquilo que se vai tornando um belo morango, aquilo que é vermelho e aquilo que cheira, é apenas uno.

A isto ainda se junta o facto de as velhas categorias linguísticas já não servirem para a ciência natural no seu estado atual. Vejam quão grosseira e antiquada é a distinção entre propriedade e ação! Para a nossa ciência atual, todas as propriedades dissolvem-se em movimentos, isto é, em ações. Calor é movimento ou ação. O som alto estimula as nossas partículas auriculares mais do que o som baixo, pelo simples facto de as estimular mais frequentemente do que o som baixo. A cor vermelha do morango, segundo a visão atual da ciência, é um movimento do éter imaginado que atua sobre a nossa retina, o som musical *dó* é um movimento do ar, e o ar é considerado algo muito mais ‘material’. Justamente, apenas o cheirar, apesar de chegar ao nosso órgão através de partículas indubitavelmente materiais, ainda não foi ‘explicado’ com tanto rigor como aquilo que se passa na visão e na audição.

Se a nossa língua estivesse então ao mesmo nível da ciência, toda a construção de categorias teria sido abalada, e desde há muito tempo. Em vez de termos uma língua comum já acabada e, enquanto tal, herdada, apenas teríamos uma linguagem especializada em vias de construção que só uma minoria da humanidade seria capaz de compreender. A língua da qual a ciência também se serve é, porém, um produto em massa. Uma língua mais desenvolvida seria aquela que, a partir de R. Mayer, Helmholtz e Mach, tivesse aprendido a exprimir os velhos conceitos adjetivais das cores, da luz, do calor, etc., através de verbos, e, mais precisamente, através de verbos transitivos. Essas alterações não poderiam ser feitas por uma só pessoa. E também sei bastante bem que qualquer homem se riria e espantaria, se um erudito ousasse dizer: a árvore ‘verdeja-me’, em vez de: a árvore é verde.

Partes da oração

O objetivo de todas as ciências é obter ideias que correspondam ao mundo real. E visto que seria impossível guardar todas as ideias singulares na memória potencial porque, para coisas singulares semelhantes, há na realidade signos verbais que as resumem, então o objetivo será antes o seguinte: ser capaz de fixar e comunicar a pirâmide ou o sistema ou o organismo do mundo real através de uma pirâmide, um sistema ou um organismo de palavras. No tocante a este objetivo, há obviamente duas suposições.

Ordem

Supõe-se primeiro que a realidade possui algo que corresponde às ordens mecânica, lógica ou natural que nela procuramos. Advirta-se, no entanto, que a ideia de ordem talvez seja uma característica tão peculiar do intelecto humano que a natureza, fora do entendimento humano, não conheça ‘ordem’ nenhuma. O que saberá a natureza da simetria que nós, frequentemente, admiramos nela?

Daí que uma conceção do mundo que não quer prostituir a natureza nem prostituir-se a si própria não possa ser sistemática nem metódica. Eu ficaria realmente muito embaraçado se pretendesse agora apresentar uma crítica da linguagem de uma maneira sistemática e seguindo uma ordem. *Ordem*, tal como *Lei*, é antes um termo do Estado. Quanto mais concretamente pensa uma cabeça, menos sistematicamente pensará. Pascal diz (VIII, 1)⁶: *Escreverei aqui as minhas ideias sem ordem, mas não numa confusão inútil. Esta é a verdadeira ordem, e é precisamente pela desordem que se caracterizará o meu objeto. (J’écrirai ici mes pensées sans ordre, et non pas peut-être dans une confusion sans dessein; c’est le véritable ordre, et qui marquera toujours mon objet par le désordre même.)* Quão pouco a ‘ordem’ faz parte da

⁶ Mauthner cita da obra *Pensées sur la religion et autres sujets* de Pascal, cuja primeira edição data de 1670 [N. d. T.].

natureza das coisas, quão muito ela resulta unicamente da necessidade do pensamento humano (se bem que este seja da natureza do homem), foi o que tentei mostrar no artigo intitulado “Ordem” do meu *Dicionário de Filosofia*⁷ (vol. 2, pág. 220ss.).

Em segundo lugar supõe-se que os nossos conceitos ou palavras correspondam sempre e respetivamente à espécie, ao género, à matéria ou à abstração que queremos designar – tal como estes coincidem, na sua qualidade de signos para ideias singulares, com as coisas singulares. É portanto suposto que a nossa linguagem humana seja de certo modo um fac-símile do mundo real, de onde resultaria que seria possível progredir no conhecimento humano ao escutar e comparar bem (ou seja, ao falar e pensar) as palavras. Quão pouco adequada é a linguagem humana para uma construção mecânica ou lógica do saber, para um inventário do mundo, foi o que demonstrei num outro lugar (*Contribuições para a Crítica da Linguagem*, vol. 2, p. 67).

Mas nem sequer para a designação das relações mais simples, mais quotidianas e mais conhecidas entre as coisas a nossa linguagem me parece capaz, se bem que toda a gramática só possa ter o sentido (se, de todo, tiver algum – não estou a escrever para aqueles que apreciam a gramática como uma instrução para falar corretamente) de comparar as categorias da linguagem com aquelas do mundo real. Esforçar-me-ei por explicar alguns pontos. Estou convicto que o prosseguimento da nossa investigação conduziria ao seguinte resultado tragicómico: tal como as dez categorias do ser, consideradas, desde Aristóteles, como as formas supremas do intelecto, foram extraídas simples e ingenuamente das partes da oração da língua grega, e tal como o conhecimento progressivo dos povos civilizados – atados à roda das línguas ‘arianas’ e outras semelhantes – rodopiou em círculos, projetando e fantasiando as formas linguísticas cada vez mais para dentro da natureza, assim também não passa de uma autoilusão o facto de considerarmos que as formas relacionais da linguagem são cópias das formas relacionais da realidade, mesmo se tivéssemos em conta apenas as relações mais simples, julgando por exemplo que as categorias como as da ‘coisa’ e da ‘propriedade’, uma vez que fazem parte da linguagem, são algo que se pode descobrir e ver na natureza. E creio além disso que a descoberta de Kant, que negou que as formas do conhecimento fossem formas da coisa em si, atribuindo-as exclusivamente ao intelecto, converge com a hipótese desta minha doutrina, como se pode verificar no lugar correspondente. Em suma: as categorias ou formas de conhecimento não se encontram na realidade, mas antes e exclusivamente no pensar, e isto quer dizer, na linguagem.

Quero demonstrar isto, por mais óbvia e ingenuamente clara que seja já por si a mera afirmação, nas mais importantes categorias ou partes da oração: na coisa ou no substantivo, na qualidade ou no adjetivo, no efeito ou no verbo.

É muito evidente ou mesmo quase natural para nós, ou seja, para a nossa língua, considerar os signos verbais para as coisas reais e singulares, portanto, os substantivos concretos como *sol* e *cão*, como os mais originais e mais valiosos, e tendemos a achar que as pessoas poderiam, se fosse necessário, comunicar entre si apenas gaguejando alguns substantivos. Posto assim, os adjetivos e verbos ter-se-iam formado apenas mais tarde.

Substantivo e adjetivo

O que é um adjetivo? Se a investigação da linguagem não tivesse optado, desde sempre, pelo caminho errado da lógica, ela deveria ter já chegado, aos poucos e desde os tempos de Locke, à resposta seguinte, e que surge aqui quase sem preparação e com um aspeto algo paradoxal: designamos com um substantivo a totalidade das sensações que consideramos provenientes e causadas por uma única e mesma coisa, por exemplo, designamos com a

⁷ Mauthner, Fritz, *Wörterbuch der Philosophie*, München 1910 [N. d. T.].

palavra *maçã* uma coisa que é mais ou menos grande, que é mais ou menos colorida, mais ou menos fragrante e mais ou menos suculenta. Designamos com a palavra *sol* uma coisa cuja grandeza (ou respetiva distância), cuja luz e cujo calor sentimos de uma maneira tal-e-tal. Por outro lado, designamos através de um adjetivo uma sensação singular que, por um qualquer motivo, queremos ou temos de destacar entre todas as outras sensações causadas pela coisa, ou seja, por exemplo, consideramos, conforme as circunstâncias, que a maçã é *vermelha, fragrante, grande, suculenta*, e o sol é *distante, brilhante, quente*. (Se, por acaso, dizemos *vermelhidão, fragrância, doçura, brilho, calor*, não se apaga, só por isso, o caráter adjetival).

Se considerarmos agora que todas as palavras abstratas se formaram mais recentemente e que a linguagem mais remota – facto natural e comprovado – se contentou com palavras mais concretas, mas que, como acabamos de descobrir, todos os adjetivos concretos (permita-se-me o uso deste neologismo) diferem dos substantivos concretos apenas psicologicamente e pelo número de sensações designadas, então a afirmação de que existam duas categorias ou duas formas perde todo o seu valor. Portanto, já nesta fase inicial do desenvolvimento da linguagem, a mesma, ou o pensamento, queriam impor categorias artificiais à gaia realidade.

Seria igualmente falso e pouco cauteloso tirar daí a conclusão que o adjetivo é a forma verbal mais antiga, por designar apenas *uma* sensação, enquanto o substantivo designa dois a seis, ou até mais, conforme o método de contagem. Pois, em primeiro lugar, é natural e mais comum que a sensação global preceda a sensação singular, i.e., *maçã* é mais primário do que *vermelho*. Por outro lado, e é isto que quero realçar, só a sensação é real, e é indiferente qual o signo utilizado para designá-la. Pois a impressão sensorial antecede a distinção entre substantivo e adjetivo. E onde há apenas uma única sensação desaparece esta diferença entre adjetivo e substantivo. Se a criança vê um ponto brilhante no céu, não tendo nenhuma outra sensação acompanhante, então é indiferente se ela diz *estrela* ou *claro*. Assim, em casos semelhantes, é igualmente indiferente se dissermos *água* ou *molhado, fogo* ou *quente* – de todo indiferente, tanto nas palavras como no pensamento. (...)

Substantivo e verbo

Também entre substantivo e verbo deve haver, segundo a suposta sagacidade de alguns filósofos, uma profunda diferença categórica. Porventura, a minha própria explicação soará muito semelhante quando afirmo: o substantivo designa a totalidade das sensações que advêm de uma única causa, ou seja, o substantivo designa essa mesma causa, enquanto o verbo designa uma modificação dessa causa no tempo e no espaço. Repare-se só nos verbos, por assim dizer, concretos, por exemplo *a árvore floresce*; mais uma vez, a linguagem regista uma única sensação que, no entanto, se distingue do adjetivo (*a árvore é verde*) pelo facto de percecionarmos uma mudança, um desenvolvimento, um movimento ou seja o que for que alguém lhe queira chamar. *Está a chover*, em princípio não diz nada de diferente do que o substantivo *chuva*, e, talvez, nada de diferente do adjetivo *molhado*. E mais uma vez há que lembrar que é mais que provável, principalmente nas coisas que se movem naturalmente, que a característica da mudança terá sido o aspeto que provocou mais atenção, tornando-se pois o momento significativo que originou a designação, de modo que todos os substantivos que não eram adjetivos tinham que ser verbos. Isto, é claro, diz respeito a uma época em que ainda não havia categorias, pois antes da sua produção, num suposto mundo da realidade, as categorias não existiam. (...)

Visto que já as formas mais gerais da realidade, as suas categorias, não correspondem, nem mesmo nos casos mais simples, aos elementos frásicos, ou seja às categorias linguísticas, como é que será então nos casos muito mais complexos dos pronomes e preposições? E como é que se poderá salvaguardar a unicidade das formas na realidade e no pensamento se

categorias tão importantes de uma língua não existem em outras? E como é que seria se as ciências naturais modernas reclamassem para si o direito de melhorar as línguas, tal como melhoraram o rendimento dos nossos sentidos através das ferramentas artificiais? E que tal se quisessem exprimir aquelas sensações artificiais ou os resultados de sofisticadas experiências científicas de uma forma linguística? Se provassem e p e r c e c i o n a s s e m a luz, o calor, etc., como movimentos (como já anteriormente acontecera com o som), exigindo que o respetivo adjetivo se tornasse verbo? Onde ficariam então as velhas categorias de Aristóteles?

Contudo, mesmo que pondo de lado este pensamento, à primeira vista paradoxal, de que uma futura linguagem se adaptaria às melhorias dos nossos órgãos sensoriais (microscópio, telescópio, microfone, mecânica analítica e análise matemática), nem mesmo assim haveria razões para manter em vigor a antiga doutrina das categorias, nem na sua versão original nem em qualquer reinterpretação.

Platão ainda estava livre dessa doutrina, mas não é esse o seu mérito, pois ele ainda não tinha uma noção clara das partes da oração, as quais foram introduzidas apenas posteriormente. Daí que ainda não fantasiasse acerca das diferentes categorias do ser, contentando-se apenas com uma única: a ideia. As ideias eram para ele como que modelos de tudo aquilo que somos capazes de representar. Ele foi o primeiro e mais radical realista – no sentido escolástico, é claro – e se tivesse tido conhecimento das preposições, teria defendido que existia uma ideia respetiva das preposições algures nas nuvens. As suas ideias eram para ele as mães, as matrizes das nossas representações individuais; mas como, graças a Deus, ele ainda não tinha aprendido gramática, cada representação tinha felizmente apenas u m a mãe, u m a ideia. Desde Aristóteles, que já era gramático e, além disso, lógico, cada representação tinha até dez mães, ou categorias.

*

O homem está no mundo como um espectador no teatro. E, tal como há uma ótica peculiar do teatro, através da qual o palco nos confere uma bela ilusão, também existe uma ótica do espírito para o conhecimento do mundo, à qual devemos a ilusão do conhecimento. O pensamento é o instrumento ilusório do homem.

A subjetividade das categorias

Mesmo quando formamos os conceitos mais simples, quer dizer na comparação das coisas, o interesse subjetivo está sempre presente, quer se trate do interesse do indivíduo quer de um interesse igual entre os homens. Não pode haver dúvida nenhuma sobre o facto de as espécies animais que nos interessavam, que eram úteis ou constituíam algum perigo para nós, serem designadas muito mais cedo do que as que não tinham qualquer significado para nós. Ainda hoje, existe uma miríade de espécies para as quais, nas línguas vivas, ainda não existe um nome genérico, mesmo que exista, aparentemente, um tal nome na terminologia científica. Ainda mais forte é o peso do interesse subjetivo no que respeita aos nomes de espécie de grau superior e às categorias. No entanto, a ótica do espírito criou naturalmente a ilusão de que as categorias gerais da gramática ou da lógica, tal como se desenvolveram ao longo da história, correspondiam ao mundo real. Julgamos ver no mundo da realidade precisamente aquilo que possuímos, linguisticamente, nas nossas propriedades e nas suas respetivas formas de comparação, nos nossos verbos e nas suas formas temporais, nos nossos substantivos e nas suas formas plurais.

Antes da formação dessas categorias mais recentes, a linguagem ou o pensamento possuíam decerto outras categorias. No caso dos adjetivos é característico que o adjetivo mais frequentemente utilizado (*gut* [*bem*], *besser* [*melhor*]) ainda não possuía formas de

comparação regulares, tal como o verbo mais frequentemente utilizado (*sein* [estar/ser], *bin* [estou/sou], *war* [fui/estive/era]) não possui um paradigma de conjugação ‘regular’. Este caso repete-se, obviamente, em outras línguas. Parece que se trata de vestígios de uma época em que as categorias da comparação e do tempo ainda não existiam.

Deverá ter havido, no entanto, em tempos muito antigos, outras categorias que hoje em dia já não são apreciadas. Nos tempos em que o conhecimento do mundo se baseava nos elementos de fogo, água, ar e terra, a oposição entre seco e molhado deve ter parecido tão profunda como nos tempos de hoje a oposição entre espírito e corpo. Uma crença qualquer, baseada na oposição dos sexos, terá estado na origem da diferença linguística entre masculino e feminino, que ainda hoje molesta as nossas línguas. Mais remota ainda será, porventura, a oposição entre comestíveis e não comestíveis, duas categorias do homem natural, que na linguagem de hoje, por exemplo, continuam a ser seguidas na classificação dos fungos. A nossa orgulhosa cientificidade julga ter superado este momento de subjetividade na formação das categorias, mas, por detrás dos critérios de classificação de um qualquer *catalogo mundi*, esconde-se esta oposição arcaica entre comestíveis e não comestíveis. O interesse guia a atenção, a atenção cria a memória, e a memória torna-se linguagem.

Não é nada estranho que os conceitos mais gerais da chamada lógica, abstraídos dos respetivos conhecimentos sobre o mundo em vigor, se encontrem na gramática sob o título de formas relacionais. Pois não há nada de mais geral e mais frequentemente utilizado nas línguas do que essas relações numéricas, temporais ou espaciais. Independentemente do número de cães que alguém tenha visto ao longo da sua vida e das vezes que teve ocasião de querer falar sobre eles, a frequência dos casos em que utiliza os conceitos de plural ou de passado será infinitamente superior. É por causa disso que os signos fónicos para *cão* podiam manter a forma especificada, enquanto os signos fónicos para o plural ou o passado se tornaram categorias gramaticais. Nas línguas vivas, estes signos fónicos para designar, por exemplo, o plural ou o passado, não são assim tão simples. As diferenças entre as declinações e as conjugações, que levantam tantas dificuldades na aprendizagem de uma língua estrangeira, são certamente vestígios incompreensíveis provindos de uma época em que categorias mais concretas e palpáveis pareciam mais importantes do que as categorias do número e do tempo. (...)

Conhecimento e palavras

Realismo verbal

O realismo escolástico medieval – ao qual chamarei realismo verbal a fim de o distinguir claramente – ensina que os universais ou conceitos são algo que, de alguma forma, é real, de maneira que a conceitos cada vez mais abstratos, como por exemplo aos conceitos de cavalo branco, cavalo, quadrúpede, animal, organismo, coisa, corresponde sempre algo no mundo real. Esse algo, embora não seja um indivíduo, seria mesmo assim real e efetivamente uma coisa, nomeadamente um cavalo branco, um cavalo, etc. Ao invés e opondo-se a um qualquer idealismo, o realismo moderno ensina que é real apenas aquilo que somos capazes de perceber com os nossos sentidos, pois todos os outros conceitos, nomeadamente os conceitos superiores, não passam de abstrações que existem apenas na nossa alma. Ele ensina o primado da matéria. Este realismo moderno está portanto bastante próximo do nominalismo medieval e parece daí opor-se ao realismo verbal escolástico. Há muitos casos em que basta à crítica da linguagem interpretar os realismos antigo e moderno como opostos. Se, no entanto, examinarmos esta questão mais de perto, aperceber-nos-emos de quão facilmente se dissolvem as supostas oposições entre estes conceitos.

Para preparar um tal exame mais agudo, veremos como se comporta esse nosso novo realismo ou nominalismo face à escala de conceitos que acabei de referir. No que respeita ao conceito de coisa, ele deixá-lo-á cair sem mais nem menos, pois não passa de uma abstração praticamente sem conteúdo. Quanto aos restantes conceitos, de organismo até cavalo, haverá já algumas reservas em concebê-los apenas como *flatus vocis*, como meras perturbações do ar. Se bem que não vá tão longe ao ponto de lhes conferir a efetividade das ideias platónicas, ao menos conferir-lhes-á forças formativas, ou seja, não conferirá essas forças diretamente às palavras ou aos conceitos, mas a algo por detrás deles, o que implica ou a regularidade na natureza, num sentido goetheano, ou a hereditariedade na natureza, num sentido darwiniano. O mesmo tipo de acordo é estabelecido naquilo que se refere ao conceito de cavalo branco, por um lado, pela linguagem coloquial que desde sempre foi darwinista, pois ignora a diferença exata entre género e espécie, mas por outro lado e mais recentemente também pelos próprios darwinistas. Mas o tal cavalo branco ali, no quintal do meu vizinho, chamado *João* pelo seu dono, possui tanto um nome como uma realidade. O nosso realismo moderno ainda não deparou no facto de que ainda mantém a posição do realismo verbal escolástico ao chamar ao indivíduo, que mais não é do que um leito para movimentos moleculares decorrentes no tempo e no espaço, algo de real. Pouco antes da sua morte, Virchow abalou, tal como os nominalistas, até mesmo o conceito de indivíduo, se bem que apenas por motivos de um interesse desmedido pela sua amada patologia celular, atribuindo tudo aquilo que se prende com os fenómenos da vida e da alma exclusivamente às muito estimadas células, que se revelaram como verdadeiras mónadas leibnizianas expostas ao olhar microscópico. O nominalismo de Virchow enfrenta portanto o mundo, critica-o desde o ponto mais alto até ao ponto mais baixo, desde Deus até às células. No entanto, chegado à célula, ele para e confessa-se face a ela adepto do realismo verbal.

A nossa teoria do conhecimento deveria ir mais longe, deveria dar mais um pequeno passo à frente e perguntar onde começa então o realismo das células que percecionamos com os nossos sentidos, armados ou não armados. Fora de nós ou dentro de nós? Posto que as células são realmente indivíduos, mais precisamente indivíduos fora de nós, logo o realismo possui algo de fixo ao qual se pode agarrar nos seus estudos fisiológicos, tal como possui as moléculas no que respeita ao mundo não orgânico. Mas no âmbito deste mundo não orgânico, a dificuldade de chegar a explicações satisfatórias obriga-o a dissolver as moléculas, visto que ainda possuem um carácter corporal, em centros de forças ideais atómicos, transformando assim a explicação materialista do mundo num idealismo energético. Em consequência disso, não admira que a ciência natural parta do princípio que estes centros de forças agem também no interior das células orgânicas, visto que nunca provou, também no que diz respeito aos corpos vivos, a existência de outro tipo de átomos a não ser os de tipo não orgânico. Posto isto, o pensamento não pode parar aqui. Tem de procurar uma alma protoplasmática por detrás da alma celular, e depois uma miríade de almas atómicas por detrás da alma protoplasmática, e visto que se deve, para além disso, juntar às forças não orgânicas ainda uma outra força geradora dos fenómenos da vida, a fisiologia do realismo moderno acaba por tornar-se num idealismo energético em segunda potência.

Indivíduo

Vê-se que toda esta investigação culmina numa pergunta: O que é um indivíduo? O realismo moderno, sustentando que todos os conceitos de espécie e género nada mais são do que meras palavras e revogando a questão do desenvolvimento destes géneros e espécies, declara, tal como o nominalismo escolástico, que apenas o indivíduo possui realidade. O nosso senso comum e o nosso orgulho repugnam com toda a sua força vital, ou antes, com uma angústia mortal, a ideia de já não haver razão legítima para manter em vigor o conceito de

individualidade. A zoologia fornece-nos exemplos vertiginosos, mostrando que a individualidade no reino dos animais pode tomar formas extremamente diferentes daquela forma de individualidade que nós, seres humanos, encontramos unicamente na nossa autoconsciência. Se cortarmos uma estrela-do-mar, devido ao ato deliberado do malfeitor, nascerão duas estrelas-do-mar. No caso dos sifonóforos, muitos indivíduos formam um estado que, seguidamente, parece ele mesmo tornar-se novamente indivíduo. Ao longo de gerações de tantas espécies, um indivíduo é usado parcial ou inteiramente para formar um outro. A ténia, ou a borboleta, perpassam estados e formas que diferem umas das outras mais do que o homem difere da cobra. Deparando-se então com tudo isto, o observador facilmente entenderá que o conceito humano de indivíduo não se deixa aplicar a todo o tipo de animais. Não terão as colónias das abelhas e as sociedades das formigas, não obstante a separação corporal de cada um desses animais, alguns traços comuns com os sifonóforos? E a sociedade humana? Não será que, tendo em conta o caráter hereditário da procriação, o indivíduo se prolonga de certa maneira, verificando-se portanto nesse aspeto uma transformação do conceito de individualidade?

Enfim, a ideia de conceber os indivíduos como única realidade não consegue tão facilmente pôr fim aos raciocínios. Seja no sentido ascendente seja no descendente, não há delimitações claras da individualidade. Consideramos a célula como algo real pela simples razão de não sermos capazes, mediante os nossos sentidos, mesmo que se encontrem bem armados, de a dividir. Pois a célula é o suposto átomo da biologia.

Vamos abstrair agora da individualidade objetiva e indagar o sentimento subjetivo que cada homem sente só para si mesmo: eu sou um indivíduo. Quem não acreditasse no que lhe diz esta sua sensação, quem tentasse entender, ou até mesmo tratar na sua vida prática o próprio corpo como mera forma, como leito alheio de incessantes movimentações e mudanças moleculares e não como individualidade, um tal homem pareceria louco, e provavelmente sê-lo-ia de facto. Sempre que eu como, quando amo, quando penso e luto, ajo como indivíduo e, estando-me nas tintas para a minha teoria do conhecimento, tomo a aparência da individualidade como realidade. É por isso que me chamam um homem sensato. Contudo, no fundo, estou sempre consciente desta aparência, sabendo que a minha autoconsciência e a aparência da individualidade têm a ver com a minha memória, e que apenas me sinto como um indivíduo porque a minha memória liga as sensações de partículas temporais subsequentes, perscrutando o percurso de cada um destes pontos até à sua fonte (cf. vol. I deste livro, pp. 661ss., e o artigo “Individualismo” no meu *Dicionário de Filosofia*). A história da análise e dissecação do conceito de individualidade, que aliás não vos posso dar, mais não seria do que a história de pressentimentos pavorosos. Não houve ninguém na filosofia anterior à crítica da linguagem capaz de desvendar o sentimento do Eu como ilusão. Mais nítido nesta questão era Novalis, não obstante o seu filosofar abismal e linguisticamente quase sempre encantador se ficar a dever ao forte individualista Fichte. Eis aqui alguns apontamentos de Novalis que pertencem ao âmbito da nossa questão: *A memória é o sentido individualista, o elemento da individuação*. (Edição de Heilborn, vol. II, p. 584)⁸. *Um indivíduo é um princípio mágico e arbitrário, uma vida sem fundo, um acaso pessoal* (p. 200). Mas também: *Tudo se deixa descrever – verbis. Todas as ações são, ou podem ser, acompanhadas por palavras, tal como todas as representações do Eu* (p. 585). Note-se bem o que é dito nesta passagem. O Eu *acompanha* as representações; isto quer dizer que o Eu apenas existe em e por palavras, na linguagem a que eu chamo memória. O sentimento do Eu é uma ilusão produzida pela linguagem. Já várias vezes assinalei o mérito que cabe a Mach pela sua crítica do conceito de Eu. O. Liebmann cita as palavras de Condillac que destroem o

⁸ Novalis [Friedrich von Hardenberg], *Schriften*, kritische Neuausgabe auf Grund des handschriftlichen Nachlasses, hrsg. v. Ernst Heilborn, 3 Bde., Berlin 1901 [N. d. T.].

Eu, perguntando-se: *Como é que teria sido o 'Le Moi' de Laura Bridgeman? (Aforismos psicológicos, XIX.)*⁹.

Se tudo isto fosse verdade, o realismo moderno não passaria de uma visão provisória do mundo, que, no entanto, conheceria bem esta sua inabilidade provisória. Apenas os indivíduos são reais, porém, não encontramos indivíduos fora da nossa linguagem, ou fora do nosso pensamento, e tampouco fora da nossa memória. Portanto, não conhecemos nada que seja real. Cada homem, visto objetivamente, é apenas um organismo redondo, espacialmente separado do resto do mundo, e portador de um determinado nome. Subjetivamente, é uma memória individual que reage com maior probabilidade e, aliás, também com maior gosto quando é chamada pelo nome que possui, objetivamente, na comunidade dos seus congêneres. Uma pessoa a falecer, mesmo que esteja em estado de coma, ainda reage quando chamada pelo seu nome.

Indivíduos sensoriais

De seguida, veremos se há motivos para alterar as nossas conclusões se tomarmos em conta as percepções que estão na base de todos os nossos conhecimentos do mundo, inclusive as representações que temos dos outros indivíduos humanos. Deparamo-nos logo com o facto de que os nossos órgãos sensoriais não nos dão nenhum conhecimento sobre a realidade de algo. Tentemos deter-nos, mesmo que seja bastante difícil e até, de certa maneira, paradoxal, na questão da comparação dos indivíduos humanos com os indivíduos das sensações mais simples. Ressoa aqui um som, brilha acolá uma cor. Ambas as sensações são apenas partes infinitamente minúsculas da autoconsciência do Eu, e não há outra possibilidade para os nossos órgãos sensoriais de sentir o indivíduo *dó sustenido* ou o indivíduo *vermelho* a não ser pelo exercício da memória que compara as respetivas vibrações, que identifica semelhanças ou regularidades ao deixá-las passar pelo leito de memória e que chega, levantando-se num determinado ponto desta corrente a fluir, a uma visão mais clara destas vibrações, destacando-as seguidamente como dado específico da memória. Não possuiríamos nenhuma autoconsciência do Eu se a nossa memória, ou a nossa linguagem, não tivesse comparado e classificado bilhões destes indivíduos sensoriais. Contudo, nem mesmo estes indivíduos sensoriais e, de certa forma, ulteriores nos fornecem uma percepção de algo real, porque eles mesmos não passam de meras aparências. O nosso realismo moderno, levado necessariamente a esta superação de si mesmo, tem de reconhecer que não é capaz de conhecer a verdadeira realidade, e que ele próprio conduz novamente a um idealismo, digamos, a um idealismo energético. O nosso realismo tão moderno e tão orgulhoso, desde há um século, tem de reconhecer, ao fim e ao cabo, e não obstante o enorme progresso que as ciências têm feito desde a Idade Média, que não é possível falar de conhecimentos da realidade no que se refere aos dois pontos extremos, à autoconsciência do Eu e às sensações mais simples, sem cair na superstição das palavras. O realismo moderno que reconheceu a não realidade dos conceitos de género e espécie manter-se-á, todavia, um realismo verbal no que diz respeito à sua conceção da realidade ulterior, desde que não se torne crítica da linguagem.

Nominalismo epistemológico

O nominalismo escolástico enfrentou corajosamente o realismo verbal escolástico, mas mesmo assim não foi capaz de encontrar a palavra ulterior uma vez que acreditava na realidade dos indivíduos e nem fazia ideia da casualidade dos sentidos. A minha própria doutrina já foi apelidada de nominalismo *redivivus*. Contudo, este meu nominalismo

⁹ Otto Liebmann (1892), "Psychologische Aphorismen", in *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, Bd. 100/1, pp. 1-54 [N. d. T.].

reavivado não se esqueceu das lições de Locke, de Kant e de Hume, e tornou-se, livre de profanas preocupações eclesiásticas, um nominalismo epistemológico puro. (...)

O nominalismo puro e consequente – aliás nunca proclamado pelos nominalistas, a não ser porque lhes era imputado pelos mais maliciosos dos seus adversários –, a doutrina de que todos os conceitos ou palavras do pensamento humano não passam de meras exalações de ar, o nominalismo consequente segundo o qual o cérebro humano, tal e qual como a química da superfície de uma pedra, não consegue chegar ao conhecimento do real, este nominalismo puro que, apesar de todas as ciências naturais, desespera serenamente perante o conhecimento da queda, da cor, da eletricidade bem como da consciência humana, este nominalismo epistemológico não é nenhuma visão do mundo que possa ser provada. Não seria nenhum nominalismo, se pretendesse ser mais do que um sentimento, para além da disposição afetiva do indivíduo humano perante o mundo. Aliás, somos até mesmo incapazes de pensar esta doutrina até ao fim, e nem sequer conseguimos mergulhar nesta nossa disposição afetiva de uma maneira satisfatória, visto que todo o pensar decorre nas palavras da linguagem, e este pensar dissolver-se-á a si próprio logo que nos apercebermos da nebulosidade das palavras. Talvez seja possível mergulhar na mera disposição afetiva durante um certo tempo limitado, contudo, mais cedo ou mais tarde chegará o momento em que essa meditação se rende ao desejo de captar a disposição afetiva numa pobre palavra, tal como acontece na lírica. Quem, no entanto, deixou de acreditar nas palavras, não captará nada e quedar-se-á de mãos vazias. O nominalismo puro cessa com o pensamento e, além disso, sente, com uma nova espécie de arrepio humano, que a cor e o som, os últimos destroços da sua visão do mundo, nada mais são do que brinquedos para crianças, presentes dados pelos sentidos casuais e colocados no berço do homem. Com palavras apenas se pode discutir, e não realizar algo, apenas se pode lutar contra crenças antigas, e não provar crenças novas. *Refutar opiniões segundo critérios universais é possível, mas fundamentá-las segundo esses critérios, isso é impossível.* (S. Philipp, *Quatro teses cétricas*)¹⁰.

*

Cética e mística

Este ceticismo extremo que constitui, sem dúvida, um lado da minha doutrina, suscita em mim de novo o ténue receio – sem que pudesse suprimir um sorriso – de que os atentos e zelosos defensores do dogmatismo eclesiástico se aproveitem também da minha crítica da linguagem para forjar armas verbais, tal como fizeram a outras doutrinas cétricas a que foram buscar argumentos contra as ciências iluministas. Isto, porém, não admira, porque no meu primeiro grito contra a superstição verbal fui tão longe quanto o cínico jargão dos ladrões, que diz *la menteuse* em vez de *langue*, em inglês *prating cheat* (a *embusteira tagarela*, a *'aldrabona'*). E nunca deixei nenhuma dúvida quanto à minha intenção de estender a desconfiança na linguagem a campos completamente fora do alcance do jargão dos ladrões. O cientista das ciências naturais que reconhece, em sintonia com as minhas teses, que não se pode confiar muito em todas as leis por ele descobertas, continua a trabalhar de consciência sorridente, como se estas mesmas leis realmente existissem. O nominalista rigoroso, no entanto, não se pode contentar com aquele ‘como se’ e dirige o seu desprezo resignado contra *la menteuse*.

Deixo aqui de parte o ceticismo ético. Este já foi refutado pelo velho Huet (*Sobre a fraqueza do espírito humano*, p. 242)¹¹ com o magnífico dito: *Uma coisa é viver, uma outra*

¹⁰ S. Philipp, *Vier skeptische Thesen*, Leipzig 1898 [N. d. T.].

¹¹ Pierre Daniel Huet, *Traité philosophique de la faiblesse de l'esprit humain*, Amsterdão 1723.

*filosofar. Quando se trata de levar a nossa vida..., deixamos de ser filósofos... Tornamo-nos idiotas, simplórios e crédulos, chamando as coisas pelo seu nome.*¹²

Contudo, os céticos epistemológicos, ao combater o dogmatismo filosófico, caíram sempre de novo num dogmatismo negativo, embora pretendessem manter-se críticos. Apenas os maiores céticos foram ao mesmo tempo místicos. Era tarefa fácil para os defensores mais hábeis da fé antiga repudiar o dogmatismo negativo, visto que a boa fé das criancinhas tem uma aparência muito mais gentil do que uma nova crença imperfeita que, na sua imposição, nada difere do estilo tirânico da crença antiga. Tenho-me esforçado por suprimir na minha exposição toda e qualquer inclinação para a mística, por mais escondida que esteja, se bem que possa nutrir uma certa admiração pelos grandes místicos nas horas abençoadas do Domingo, por aqueles ‘mudos do céu’ com a sua fala gaguejante. No entanto, sendo que o meu incontornável dever, no presente contexto da minha exposição, é falar da relação entre a crítica da linguagem e o conceito de religião, gostaria de aduzir antes de mais algumas frases do nobre Mestre Eckhart. *Um dos nossos mestres mais antigos, que encontrara a verdade há longos anos atrás, muitos anos antes do nascimento de Deus, julgava que tudo o que pudesse dizer das coisas traria por dentro algo de estranho e de falso. Daí que não pretendesse falar. Não quis dizer: Dai-me pão, ou dai-me algo para beber. Pela mesma razão, não quis falar das coisas, sabendo que jamais poderia falar delas de forma tão pura quanto corresponderia à nascedora da sua primeira causa. Preferiu então silenciar-se, indicando as suas necessidades através de sinais que fazia com os dedos da mão. Visto que Ele não podia falar nem sequer das coisas, quanto mais nos convirá a nós não falar d’Ele, que é a origem de todas as coisas. E ainda neste sentido: A coisa mais bela que o homem pode dizer de Deus é o facto de saber, repleto de sabedoria, silenciar-se. E ainda: A alma é uma criatura capaz de acolher todas as coisas ditas; as coisas não ditas ela só as pode acolher, se ela própria for acolhida em Deus de uma maneira tão profunda que se tornará sem-nome.*

Não difiro muito desta opinião. A única diferença é que a minha linguagem é um bocado diferente, pois passaram, entretanto, seis séculos. (...)

Riso e linguagem

A crítica pura é, no fundo, apenas um riso articulado. Cada riso é uma crítica, a melhor crítica. Se por acaso ou por destreza se juntarem duas coisas díspares, então o homem natural ri. Um homem que tentasse agarrar a Terra, pegando na ponta de um rochedo para assim trazê-la mais perto do sol, provocaria uma gargalhada. E um palhaço no circo que trepasse até ao topo de um escadote isolado e quisesse, a seguir, experimentar içar o escadote para cima, seria tragicómico. Ele partilharia o destino dos filósofos e cairia. Quem tiver perdido a ingenuidade, também já não se ri mais sobre o palhaço. Quem a tiver mantido, continuará a rir-se dos artistas da linguagem que usam escadotes verbais para subir às alturas, pensando que podem, ao subir, desprender a palavra da Terra. O perigo desta minha escrita, a ousadia da sua experiência, consiste apenas no simples facto de ter forrado o riso com um texto articulado, de modo que a gente comum pode achar que se trata de uma risada na ópera. (...)

Quem quisesse criticar o pensamento através do seu próprio pensamento, ou seja, quem quisesse examinar a linguagem através da linguagem, parecer-se-ia, no fundo, com um fisiologista que, de corpo vivo, quisesse examinar o seu próprio cérebro, fazendo experiências com ele, o que seria, desde logo, difícil pelo simples facto de o investigador, devido às graves intervenções cirúrgicas, sofrer algumas limitações em relação às suas capacidades mentais.

¹² Mauthner cita do original em francês: *Autre chose est de vivre, autre chose de philosopher. Lorsqu’il s’agit de conduire sa vie ..., nous cessons d’être philosophes ... Nous devenons idiots, simples, crédules, nous appelons les choses par leurs noms.*

Ora bem, sendo assim, não resta mais nada ao autor do que seguir o exemplo do sábio Münchhausen, correndo à volta da árvore do conhecimento tão rapidamente e durante tanto tempo que, por fim, consegue agarrar-se a si próprio pelos cabelos. Como vítima tem de suportar a dor, e como vencedor nem sequer é capaz de rir. A forma de conhecimento mais baixa está na linguagem, a mais alta está no riso, mas a ulterior está na crítica da linguagem, na resignação ou renúncia celestialmente calma e serena.

Crítica da linguagem

Durante os longos anos em que as ideias fundamentais desta tentativa se foram apoderando de mim e me obrigaram ao verdadeiro e duro trabalho de comprovar, incessantemente, a sua verdade nos factos da vida e nos avanços e descobertas da ciência, durante estes anos, havia horas e dias de desespero mais que suficientes. Naqueles momentos, achei que seria mais valioso e mais prudente pôr com as minhas próprias mãos o adubo no campo que estava a cultivar, ou plantar uma cerejeira, ou escolher o primeiro cão que cruzasse o meu caminho para ser o professor que me ensinasse a melhor e mais sensata conduta da minha vida. Nada me parecia mais imprudente do que aquela última tentativa de falar com palavras, que jamais poderão ter um conteúdo sólido, de falar incessantemente sobre mais nada do que a própria ignorância. Mas precisamente tais horas e dias negros acabavam, muitas vezes, com um sentimento de encorajamento: sim senhor, será a última tentativa, a última palavra, e visto que não pode ser a solução do enigma da Esfinge, então pelo menos será o ato redentor que faz calar a Esfinge, pois destrói-a. Recordo estes meus humores de autoestima elevada com alguma tristeza. O que é que podemos pensar ou dizer, com a linguagem de hoje, sobre a linguagem de amanhã? Eternamente, o sol percorre a sua via. A mesma bola de fogo que hoje se põe, nascerá amanhã. O mesmo vermelho, ao que chamo agora *vermelho do pôr-do-sol* [alem. *Abendrot*], chamar-se-á daqui a algumas poucas horas de um sono mortal *vermelho da madrugada* [alem. *Morgenrot*]. O que hoje se considera a última resposta, tornar-se-á amanhã uma nova pergunta; e a pergunta tornar-se-á outra vez resposta, na linguagem de todos nós, seres disparatados. Apesar disso tudo, quero tentar explicar por que a crítica da linguagem me pareceu, em boas horas de descanso, ser a última resposta. Assim falam, porém, as crianças de dez anos sobre aqueles seus erros de quando eram mais novos, julgando-se já adultos.

Quem se tornou solitário entre os seus coevos porque encontrou uma outra linguagem ou uma outra visão do mundo, quem é diferente dos outros, para este seria fácil e agradável comunicar aos outros o seu pensamento solitário, se houvesse um entendimento entre os homens, se os sonhadores ou os bobos que falam de uma telepatia entre os homens tivessem razão. Se houvesse um tal contacto espiritual direto entre dois cérebros humanos, o solitário precisaria apenas de agarrar a mão de um outro solitário, como é hábito entre os amantes, e um pressentiria a nova forma de pensar do outro. Tornar-se-ia então comum para eles o que chamamos de pensamento.

Mas o que se chama de pensamento é apenas linguagem fútil. Mesmo o solitário, que criou em si próprio a sua nova forma de pensar, tem apenas a ilusão de uma nova visão do mundo e nem sequer sabe que apenas junta as palavras de uma maneira diferente, palavras sem conteúdo preciso, e se, confiando na linguagem, quer usar as palavras para comunicar, então não pode provar nada, nem sequer pode convencer alguém, mas apenas, na melhor das hipóteses, persuadir alguém como se fosse um tagarela num tribunal, ou como um orador. Palavras parafraseadas por palavras, são o princípio e o fim de toda a filosofia. Arrastada perante o tribunal, a realidade viva ora se chama Deus, ora Natureza, porém, ela própria jamais revela o seu verdadeiro nome. São os homens a que chamam de grandes filósofos que procuram compreender e explicar, defender ou condenar este feito que é o mundo das realidades. Eles explicam e compreendem, defendem e condenam, como os tagarelas no

tribunal. As palavras são as suas obras, palavras parafraseadas por palavras. Não admira, pois, que se tenha chegado à última tentativa de desistir não só da defesa e da condenação, mas também de toda a compreensão e explicação. Era inevitável esta derradeira tentativa de contemplar a palavra em toda a sua nudez, e de ousar uma crítica da linguagem.

No limiar destas observações impôs-se-nos imediatamente a conclusão de que estamos enganados quando pensamos e dizemos que o conhecimento sobre o mundo, tal como cremos possuí-lo com um orgulho infantil, é ele próprio algo no mundo em si, ou algo real, um pensamento que exprimimos mediante a linguagem. E neste mesmo limiar, já sabíamos que os respetivos conhecimentos sobre o mundo de um qualquer indivíduo são e têm sido, desde sempre, apenas e unicamente a linguagem deste indivíduo e a língua do seu povo. Cada indivíduo, desde Kant até um ‘idiota’ qualquer, assumiu a pequena soma das suas memórias herdadas e adquiridas como sendo o seu conhecimento do mundo. Também não tinha outra alternativa, pois não sabia nem poderia saber algo de diferente. E ainda assim foram os melhores homens da humanidade que empreenderam a tarefa de reordenar, honesta e diligentemente, a ordem tradicional dessas memórias herdadas e adquiridas.

Através dos milénios, chegou aos nossos tempos uma simples ordem do nosso conhecimento sobre as coisas. O homem viu o mundo e sentiu-se a si mesmo. Procurou compreender o mundo e procurou compreender-se a si mesmo. Apenas raramente, algumas cabeças excepcionais começaram a compreender este ressoar das palavras, que parecia uma libertação de todos os erros: que ninguém poderia dizer se ele próprio está incluído no mundo ou se o mundo está incluído nele. Mas nem sequer este ressoar sedutor das palavras ajudou os nossos génios, porque eles sabiam apenas sentindo a sós o que sentiam sabiamente, e tiveram que falar, para expor e acabar os seus pensamentos, e para exprimir, entre os homens, estes pensamentos aparentemente tão privados. Não há linguagem na solidão. (...)

Mas não é isto que me preocupa. O que me preocupa, e desde há algum tempo, é este pressentimento de uma coisa horrível, nomeadamente que ninguém entenda perfeita e inteiramente as palavras que enchem as nossas bibliotecas. Cada palavra tem uma história, uma história das suas formas e uma história dos seus significados. Como o profundo impacto da música sobre nós não pode ser explicado apenas pelas proporções dos vários sons, visto que apenas a ressonância de todos os sobretons nos emociona, assim também as palavras da linguagem humana não podem ser entendidas sem que se tome em conta a sua história. O acaso da pequena experiência pessoal determina o que cada indivíduo imagina com as palavras. A linguagem não é uma posse do indivíduo solitário porque existe apenas entre os homens; mas a linguagem também não é comum a duas pessoas, pois nem sequer há duas pessoas que imaginam o mesmo com as palavras. As palavras das ciências humanas têm a sua história, que remonta a tempos obscuros, tal como as das ciências naturais. Mas não só as palavras têm a sua história como também as coisas da realidade, referidas pelas palavras, sofreram mudanças e alterações ao longo do seu desenvolvimento.

Desta forma afigura-se-nos certo o cenário pavoroso em que nenhum mortal poderia jamais entender as palavras da sua língua com todo o seu conteúdo histórico, porque o seu tempo de vida e a sua compreensão nunca seriam suficientes para absorver este enorme saber. Mesmo se houvesse um homem que o conseguisse, as suas palavras não poderiam descrever a realidade, porque a realidade não para. Como a lua orbitante cai na terra orbitante sem, no entanto, se aproximar dela definitivamente, assim a ágil palavra da linguagem humana gira em torno da realidade orbitante, mas não se aproxima dela. Nem sequer a história da humanidade é capaz de compreender a palavra. Contudo, por outro lado, se não se recorrer à própria história da palavra ela permanecerá incompreensível.

(...) Enfim, não resta mais nada à humanidade senão um calmo desespero, porque jamais conhecerá a realidade. Todo o filosofar foi apenas um constante subir e descer, entre o desespero desenfreado e a felicidade da ilusão serena. Só o desespero sereno pode – não sem

se rir de si mesmo neste caso – aventurar-se na última tentativa de esclarecer modestamente a relação do homem com o mundo, através de uma crítica da linguagem e da sua história, abdicando do autoengano e reconhecendo que a palavra não ajuda. Este seria sem dúvida um ato de redenção, quando o exercício da crítica fosse ao mesmo tempo um suicídio do pensamento e da fala, e uma crítica que pudesse prescindir de palavras pseudo-vivas.

